

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. INTRODUÇÃO

O Fundo de Aval BANDES é um mecanismo garantidor à contratação de operações de crédito junto às instituições financeiras habilitadas por meio de aval aos empréstimos levantados por autônomos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte; familiares e associações de associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como, associações de pescadores no estatuto do fundo.

Criado a partir da Lei 11.125, de 07 de abril de 2020, o Fundo tem natureza privada, patrimônio próprio separado dos cotistas e da instituição administradora, e, formado pela integralização das cotas, comissões pecuniárias com finalidade de remunerar o fundo, resultado das aplicações financeiras, recuperação de crédito e por outras fontes definidas em estatuto.

O Estado do Espírito Santo é o cotista inicial através de recursos oriundos do Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo no valor de R\$ 20 milhões. E em dezembro de 2021, o Município de Anchieta adquiriu cotas do fundo de aval num montante de R\$ 1,99 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil).

Atualmente, as instituições financeiras habilitadas são: Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES e Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES. A atuação do BANDES por meio de fundos visa exclusivamente atender o cumprimento do mandato contido na legislação e por este fato não há exigência de autorização pela CVM, bem como o registro do Fundo está dispensado pois esse fundo não foi concebido com intuito de captar recursos de terceiros com objetivo de rentabilizar tais recursos no mercado financeiros, tampouco com o propósito de servirem de veículos para a oferta de um serviço profissional de gestão, principais características da atividade profissional regulada por aquela Autarquia.

### 2. GOVERNANÇA

O BANDES mantém sua atuação alinhada com as diretrizes do governo estadual com objetivo de ser reconhecido como instituição financeira de referência para o desenvolvimento do Espírito Santo.

O Estatuto e Regulamento originais do Fundo foram elaborados e aprovados pelo BANDES para possibilitar a integralização de cotas iniciais. A partir daí, qualquer alteração deverá ser objeto de deliberação dos cotistas, tendo o Estado representação em assembleia pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Poderão ser cotistas do Fundo: o Estado, pessoas jurídicas de direito público, pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública e instituições financeiras.

O BANDES atua como administrador e banco habilitado para utilizar o Fundo em garantia de suas operações de crédito, mas com segregação de atividade de crédito e outorgas de garantias realizadas em unidades distintas dentro da Instituição.

### 3. FUNCIONAMENTO

O Fundo de Aval BANDES tem por finalidade garantir o risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelos agentes financeiros habilitados.

Os Agentes Financeiros habilitados atuam na concessão de empréstimos e financiamentos conforme política de crédito própria, contratam as garantias do Fundo de Aval BANDES e procedem a cobrança administrativa e jurídica dos avais concedidos.

A análise e a decisão sobre a concessão do empréstimo ou financiamento e contratação da garantia do Fundo de Aval BANDES são de responsabilidade exclusiva do agente financeiro habilitado, bem como o acompanhamento dos contratos em cobrança e recuperação de crédito.

Já os procedimentos de outorga e de honra são realizados pelo banco administrador.

### 4. RECURSOS DO FUNDO

Em 06/04/2020, através da Lei nº 11.125 ficou autorizado o uso de recursos atualmente depositados no Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, criado pela Lei nº 11.002 de 17/06/2019, para a realização de aporte previsto ao Fundo de Aval BANDES. Em 21/05/2020, foi realizado aporte R\$ 20 milhões na conta de titularidade própria do Fundo no Banco Banestes.

Em 16/11/2011, com a publicação do Decreto nº 6196, o município de Anchieta passa a ser cotista do Fundo de Aval e em 17/12/2021, aportou R\$ 1.999.505,98 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinco reais e noventa e oito centavos) na conta corrente do Fundo.

### 5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Os ativos do Fundo de Aval BANDES são administrados em conta bancária específica em nome do Fundo, aplicados em valores mobiliários em concordância com sua política de investimento.

O Fundo não tem registro na CVM pois não foi concebido com intuito de captar recursos de terceiros com objetivo de rentabilizar tais recursos no mercado financeiro. Também não foi criado com o propósito de servir de veículo para a oferta de um serviço profissional de gestão, principais características da atividade profissional regulada por aquela Autarquia.

A atividade regulada pela CVM busca recursos da poupança popular para rentabilizá-los com sua aplicação no mercado financeiro e de capitais, sempre limitado por um mandato de gestão e risco assinado com seus investidores.

A atuação do BANDES por meio de fundos visa exclusivamente atender o cumprimento de mandato contido na legislação.

### 6. CARTEIRA DE OUTORGAS

No exercício de 2022 foram outorgadas 7 operações, totalizando R\$ 1.107.000,00 (um milhão, cento e sete mil reais). No exercício de 2021, foram outorgadas 1591 operações, totalizando R\$ 8.385.010,95 (oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, dez reais e noventa e cinco centavos) garantidos pelo Fundo. Em 2020, foram outorgadas 4642 operações, totalizando R\$ 23.084.648,42 (vinte e três milhões, oitenta e quatro mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

#### 6.1. DISTRIBUIÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO

OUTORGAS	Nº OPERAÇÕES			VALOR (R\$)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
<b>BANDES</b>	<b>29</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>R\$ 3.213.989,23</b>	<b>R\$ 1.488.984,62</b>	<b>R\$ 1.107.000,00</b>
<b>BANESTES</b>	<b>4613</b>	<b>1582</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 19.870.659,19</b>	<b>R\$ 6.896.026,33</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL / ANO</b>	<b>4642</b>	<b>1591</b>	<b>7</b>	<b>R\$ 23.084.648,42</b>	<b>R\$ 8.385.010,95</b>	<b>R\$ 1.107.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6240</b>			<b>R\$ 32.576.659,37</b>	

Durante a operacionalização do Fundo houve liquidações de contratos outorgados/honrados, assim como outorgas canceladas conforme tabelas abaixo.

OUTORGAS LIQUIDADAS	QTD	VALOR
<b>BANDES</b>	<b>10</b>	<b>R\$ 1.543.370,00</b>
<b>BANESTES</b>	<b>2383</b>	<b>R\$ 9.552.285,85</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2393</b>	<b>R\$ 11.095.655,85</b>

OUTORGAS CANCELADAS	QTD	VALOR
<b>BANESTES</b>	<b>10</b>	<b>R\$ 52.305,27</b>

#### 6.2. LIMITES DE RISCO DE CRÉDITO OUTORGADO

O Regulamento do Fundo trata como limitador à outorga a classificação das operações por agente financeiro, sendo permitido:

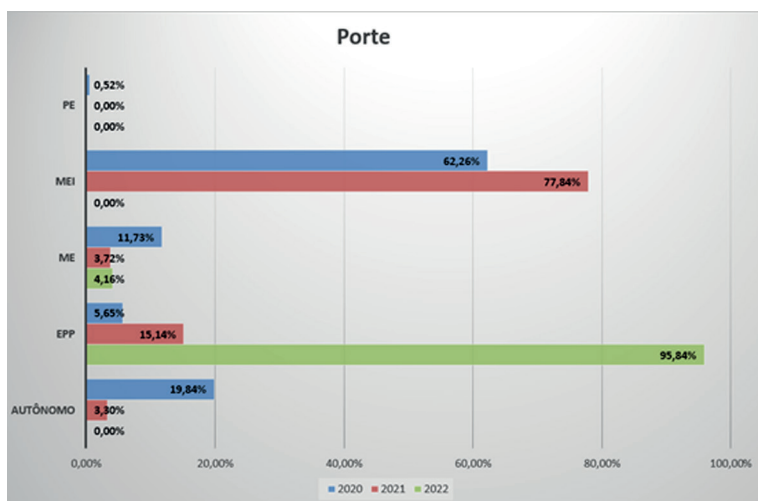
- Até 10% dos valores garantidos com risco D e E;
- Até 5% dos valores garantidos com risco isoladamente E.

A carteira das operações outorgadas pelo Fundo possui somente 01 operação com classificação E.

RISCO DA OP.	QTD. OP.	R\$	%
AA	2976	13.530.904,59	41,54%
A	3229	17.368.055,15	53,31%
B	31	1.590.699,63	4,88%
C	3	82.000,00	0,25%
D	0	0,00	0,00%
E	1	5.000,00	0,02%

#### 6.3. EXTRATO ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES GARANTIDAS

Em 2022, de acordo com os valores garantidos pelo Fundo observa-se uma concentração em operações cujo porte é EPP. Quanto ao segmento a indústria lidera no atendimento, seguida do comércio. Em 2021, há concentração em operações para atendimento aos microempreendedores individuais e equilíbrio entre o segmento de serviços e comércio.



Fundo garantiu operações em todos os 78 municípios do Espírito Santo. A maior concentração está nos municípios de Colatina, Vila Velha e Vitória cujos valores garantidos variam de 5% a 12%. A Grande Vitória representa 33,92% do valor de outorgas e o Interior com 66,08%.

## 7. RESULTADOS

No exercício de 2022, o resultado do exercício foi positivo em R\$ 471.296,62 e o patrimônio líquido apurado foi de R\$ 22.065.788,87. E considerando os Decretos nº 446-S de 02/03/2020, 1212-S de 29/09/2020 e 610-R de 26/03/2021 nos quais é declarado estado de calamidade Pública no Espírito Santo, o Fundo de Aval BANDES não auferiu receita de CPA – Comissão

Pecuniária de Aval a que teria direito, pois nos termos do parágrafo 5º do art. 13 do Regulamento do Fundo de Aval BANDES, em situação de emergência, estado de calamidade pública ou estado de emergência em saúde pública instituído oficialmente pelo Estado, enquanto perdurar os efeitos legais, as operações realizadas na vigência dessas situações não terão cobrança de CPA.

Uma vez que em 2022 o estado de calamidade pública não estava vigorando, o Fundo de Aval auferiu R\$ 54.612,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e doze reais) de receita de CPA – Comissão Pecuniária de Aval oriundos das 7 operações outorgadas no referido ano.

## 8. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR

O Administrador receberá, pelos serviços prestados ao Fundo, taxa de administração dos recursos, em percentual de 0,25% a.m., incidente sobre a totalidade dos ativos do Fundo.

E fará jus a 2%, incidente sobre os valores revertido do Fundo por conta dos créditos recuperados, destinada à cobertura das despesas incorridas em atividades administrativas e de suporte à gestão de garantias.

No exercício 2022 o BANDES recebeu R\$ 538 mil de taxa de administração.

## 9. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- Lei Estadual nº. 11.125 de 07/04/2020 – Autoriza o Estado a participar do Fundo a ser criado pelo BANDES – Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo;
  - Estatuto do Fundo de Aval, registrado em 22/06/2020 e alterações posteriores;
  - Regulamento de Operações do Fundo de Aval, registrado em 22/06/2020 e alterações posteriores;
  - Decretos nº 446-S de 02/03/2020, 1212-S de 29/09/2020 e 610-R de 26/03/2021 – Declara estado de calamidade pública no Espírito Santo.
- Vitória – ES, 15 de março de 2023.

## FUNDO DE AVAL BANDES

por seu administrador **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.**

## BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	-	<b>9.049</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>278</b>	<b>77</b>
Aplicações em Operações Compromissadas	-	9.049	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22.066</b>	<b>21.594</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	9.049	<b>Cotistas</b>	<b>21.999</b>	<b>21.999</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (3)</b>			Cotas Integralizadas	21.999	21.999
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>6.291</b>	<b>8.436</b>	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>67</b>	<b>(405)</b>
Certificados de Depósitos Bancários	6.291	8.436	Resultados de Exercícios Anteriores	(405)	(232)
<b>Cotas de Fundos de Investimento</b>	<b>15.738</b>	<b>4.090</b>	Resultado do Exercício	472	(173)
Banestes Liquidez Renda Fixa - Referenciado	15.738	4.090			
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>315</b>	<b>96</b>			
Impostos e Contribuições a Compensar	315	96			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.344</b>	<b>21.671</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>22.344</b>	<b>21.671</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.638</b>	<b>919</b>
<b>Rendas de Garantias Prestadas</b>	<b>5</b>	-
Rendas de Garantias Prestadas - CPA (6)	5	-
<b>Rendas de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>2.581</b>	<b>903</b>
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.739	801
Rendas de Aplicações em Fundo de Investimento	842	102
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>52</b>	<b>16</b>
Rendas de Créditos por Avals e Fianças Honrados	43	15
Outras Receitas Operacionais	9	1
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.167)</b>	<b>(1.092)</b>
<b>Despesas de Garantias Prestadas</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(382)</b>
Honras de Garantias Prestadas (5)	(1.186)	(382)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(723)</b>	<b>(652)</b>
Serviços do Sistema Financeiro	(63)	(60)
Serviços Técnicos Especializados	(6)	-
Taxa de Administração do Fundo	(654)	(592)
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(142)</b>	<b>(58)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(116)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>471</b>	<b>(173)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

Eventos	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>21.999</b>	<b>(405)</b>	<b>21.594</b>
Resultado do Exercício	-	471	471
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>21.999</b>	<b>66</b>	<b>22.065</b>
<b>Mutações do Exercício 2022</b>	<b>-</b>	<b>471</b>	<b>471</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>471</b>	<b>(173)</b>
Outros Créditos	(219)	(96)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	30	27
CPA a Apropriar	50	-
Credores Diversos – País	122	(1)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>454</b>	<b>(243)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aplicações Financeiras de Liquidez	9.049	961
Títulos e Valores Mobiliários	(9.503)	(2.717)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(454)</b>	<b>(1.756)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Cotas de Capital	-	1.999
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>1.999</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b>		
Início do Período	-	-
Fim do Período	-	-
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022**
**1. Contexto operacional**

O Fundo de Aval BANDES é um fundo privado, constituído em abril de 2020 e administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. Possui patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e do Administrador, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.

O Fundo tem por finalidade garantir o risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras habilitadas a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, autônomos, cooperativas de agricultura familiar capixaba, sindicato de agricultores familiares e associações de pequenos agricultores familiares, associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como associações de pescadores profissionais artesanais e agricultores.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**
**Declaração de conformidade e base de mensuração**

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que couber.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 15 de março de 2023, pela Administração (Fundamento: Estatuto Fundo de Aval BANDES, Art. 15, Incisos XVI a XVIII).

**Principais práticas contábeis adotadas**

**a.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

**b.** As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica;

**c.** O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano;

**d.** Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

**e.** A moeda funcional utilizada pelo Fundo de Aval BANDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, nas quais os valores estão expressos em milhares de reais.

**3. Títulos e valores mobiliários**

As disponibilidades de caixa do Fundo de Aval BANDES estão aplicadas em cotas de fundos de investimento de renda fixa e Certificado de Depósito Bancários, mantidos até o vencimento e avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os fundos de investimentos são mensurados pelo valor real da cota na data do balanço. Esta informação está disponível em publicações da CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Categoria do Título	1 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Mantidos até o Vencimento</b>	<b>15.738</b>	-	<b>6.291</b>	<b>22.029</b>
<b>Certificado de Depósito Bancário</b>	-	-	<b>6.291</b>	<b>6.291</b>
Banco PAN S.A.	-	-	2.114	2.114
Banco BMG S.A.	-	-	1.800	1.800
Banco DAYCOVAL S.A.	-	-	2.377	2.377
<b>Cotas de Fundo Investimento - BANESTES</b>				
<b>Liquidez FI Renda Fixa</b>				
<b>REF DI</b>	<b>15.738</b>	-		<b>15.738</b>
<b>Total dez 2022</b>	<b>15.738</b>	-	<b>6.291</b>	<b>22.029</b>
Total dez 2021	13.139	-	8.436	21.575

O Fundo de Investimento de Renda Fixa BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REF DI é um fundo de risco baixo, administrado pelo Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo S/A e que recebe recursos de investidores pessoas físicas e/ou jurídicas em geral, de Fundos de Investimento, de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFP) e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

#### 4. Passivo circulante / Outras obrigações

Correspondem a Impostos e Contribuições a Recolher R\$ 57 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2021), CPA a Apropriar R\$ 50 (R\$ 0,00 em 2021), Operações Diversas R\$ 6 e Taxa de Administração R\$ 166 (R\$ 50 em 2021) referente às competências 10 a 12/2022 devida ao banco administrador – BANDES.

#### 5. Honras com garantias prestadas

Conforme Art. 35 e correlatos do Regulamento do Fundo de Aval BANDES, o pagamento de honra se dará no dia 10 (dez) do mês subsequente à autorização de honra da garantia, ou no dia útil imediatamente posterior. As garantias solicitadas pelos agentes financeiros Credenciados R\$ 1.186 foram provisionadas e pagas dentro do próprio exercício.

Operações Honradas			
Agente Credenciado	2022		2021
BANDES	470		-
BANESTES	716		382
<b>Total</b>	<b>1.186</b>		<b>382</b>

#### 6. Comissão pecuniária de aval – CPA

Com base no Art. 13 do Regulamento do Fundo de Aval BANDES, este auferiu R\$ 55 a título de CPA – Comissão Pecuniária de Aval (R\$ 0,00 em 2021), sendo apropriado R\$ 5 no exercício 2022.

Em 2021 o Fundo não auferiu receita de CPA – Comissão Pecuniária de Aval nos termos do parágrafo 5º do art. 13 do Regulamento do Fundo de Aval BANDES, bem como do Decreto Nº 610-S de 26/03/2021 em que Governo do Estado do Espírito Santo declara Estado de Calamidade Pública por conta da pandemia da "COVID-19", sendo revogado em 22/09/2021.

#### 7. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações financeiras.

#### 8. Patrimônio líquido

a. O Patrimônio Líquido de R\$ 22.065 (R\$ 21.594 em 2021) compõe-se de R\$ 21.999 (R\$ 21.999 em 2021) de Cotas Integralizadas, -R\$ 405 de Resultado de Exercícios Anteriores e R\$ 471 (-R\$ 173 em 2021) de Lucro do Exercício.

b. Em 12/2021 o fundo recebeu aporte de recursos do novo cotista Prefeitura Municipal de Anchieta, que adquiriu 2.042 cotas no valor total de R\$ 1.999, que somadas a 20.000 cotas do Governo do Estado do Espírito Santo, totalizam 22.042 cotas integralizadas.

#### 9. Efeitos COVID-19

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2022 e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", tem monitorado permanentemente variações potenciais nos resultados, que podem sensibilizar negativamente o resultado das operações.

#### FUNDO DE AVAL BANDES

por seu administrador **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.**

#### Diretoria Executiva

Marcelo Barbosa Saintive – Diretor-Presidente  
Marcos Kneip Navarro – Diretor de Negócios  
Sávio Bertochi Caçador – Diretor de Administração e Finanças  
Cláudio Roberto Saad – Diretor Operacional

#### Contador Geral

Valdir dos Santos – CRC/ES 13.555/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022

Aos

**Diretores e demais Administradores do**

**FUNDO DE AVAL BANDES**

**Instituído pela Lei Estadual nº 11.125/2020 e Operado pelo**

**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES**

Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edif. Caparaó 9º andar - Centro - Vitória/ES - CEP. 29.010-906

**CNPJ(MF) nº 36.946.992/0001-91 – Site: [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br)**

Prezados Senhores,

#### 1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE AVAL BANDES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE AVAL BANDES** ("Entidade") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

#### 2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### 3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

#### 4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e do Banco Operador.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e do Banco Operador. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Entidade e do Banco Operador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da

auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## 5. Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente (RAI) foi emitido em 24 de março de 2022, sem modificação de opinião.

Recife/PE, 15 de março de 2023

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327**

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES  
**Sócio Sênior – CNAI 1552**

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES  
**CNAI 4747**

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES  
**CNAI 4850**